

História Hoje: duas décadas

História Hoje Journal: Two Decades

Itamar Freitas de Oliveira*

Margarida Maria Dias de Oliveira**

RESUMO

Neste artigo, exploramos o ciclo vital da *Revista História Hoje*, publicada pela Associação Nacional de História (Anpuh), desde 2003. Empregando comparações entre periódicos congêneres, dentro e fora do Brasil, e entre temáticas e questões dominantes, veiculadas em dois momentos na revista (2003-2012/2012-2021), interrogamos sobre as razões e resultados do realinhamento editorial operado pela Anpuh, sobre as formas e conteúdo constituintes da RHHJ e a sua contribuição para a consolidação de um domínio do conhecimento histórico designado “ensino de História”.

Palavras-chave: Revista História Hoje; ensino de História; periódicos educacionais.

ABSTRACT

In this article, we explore the life cycle of *Revista História Hoje*, published by the National History Association (Anpuh), in the period 2003/2021. Using comparisons between similar journals, inside and outside Brazil, and between themes and dominant issues conveyed in two moments in the magazine, we asked about the reasons and results of the editorial realignment operated by Anpuh, forms and content that constitute RHHJ and its contribution to the consolidation of a domain of historical knowledge called “teaching History”.

Keywords: História Hoje Journal; History teaching; educational journals.

POR QUE A REVISTA HISTÓRIA HOJE MERECE UMA NARRATIVA?

No periodismo brasileiro republicano, revistas generalistas de ensino foram criadas para fomentar, elaborar ou apoiar políticas de instrução pública em seus níveis básicos. Revistas de ensino, instrução ou educação serviram como instrumentos de ação do Estado e/ou da Sociedade Civil. Por isso mesmo, revelam o que eram e/ou o que deveriam ser os sistemas de ensino, as teorias

* Universidade Federal de Sergipe (UFS), Aracajú, SE, Brasil. itamarfo@gmail.com.

** Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, RN, Brasil. margarida_m_dias@hotmail.com.

e as práticas docentes, as finalidades e os conteúdos de cada componente curricular e, principalmente, “as reivindicações da categoria do magistério” (CATANI, 1994, p. 117). Organizadas em torno de determinados princípios ideológicos/educacionais, elas circularam, obviamente, enquanto vigoraram tais diretrizes. Foram casos emblemáticos, por exemplo, o da revista paulista *Escola Nova* e o da sua mais poderosa opositora, a *Revista Brasileira de Pedagogia*, publicada no Distrito Federal (Rio de Janeiro) pela Associação de Professores Católicos. Esta seguia orientação educacional predominantemente francófona, enquanto aquela situava-se no campo progressista/democrático e com orientação estadunidense. As duas circularam, concomitantemente, na terceira década do século passado (SGARBI, 1997, p. 30-37).

As questões relativas ao Ensino de História estão mais ou menos contempladas em muitas dessas revistas, desde o final do século XX, seja em seções destinadas literalmente às prescrições para o componente curricular – planos de aula de História, sequências didáticas para ensinar Revolução Francesa etc. –, seja em relatos de experiência de professores sobre a adoção de eventuais prescrições curriculares. Exemplos significativos dessa presença podemos acompanhar em revistas de anuários de faculdades de filosofia, nos almanaques literários, nas revistas dos institutos históricos, geográficos e/ou antropológicos (FREITAS, 2006; OLIVEIRA; FREITAS, 2017). Entre os mais conhecidos estão, por exemplo, as prescrições de Fernand Braudel, (1995, p. 3-21) e as dos professores articulistas *Escola Secundária – CADES* (1957-1963), revista estatal que apresentava dezenas de soluções para expor determinado assunto histórico (SCHMIDT, 2012, p. 82-83).

Na primeira década do século XX, os periódicos generalistas se mantiveram sob a forma de revistas que tratam níveis ou modalidades de ensino.¹ Elas também já se multiplicam em formatos destinados aos componentes curriculares como as majoritárias revistas de ensino de (ou de educação em) “Ciências”, “Física”, “Matemática”, “Química” e “Biologia” e as minoritárias revistas de “Ensino Religioso”, ensino de “Geografia”, “Filosofia” e “História”.² A proporção ainda segue francamente desvantajosa para as revistas dos componentes relativos às ciências humanas e sociais. Para cada título do segundo grupo, temos nove títulos do primeiro. Na área do ensino de História, apenas três revistas se anunciam como tal, no conjunto de quase três mil títulos “de ensino”, classificados pelo Qualis periódicos da Capes (BRASIL, 2016).³

É provável que em países com os quais mantemos trocas mais frequentes – situados nas Américas, Europa e África – essa proporção se mantenha, como também sejam mantidos os determinantes dos ciclos vitais de cada periódico designado como revista de “ensino”, revista “didática”, revista de “História”, revista de “estudos sociais” ou revista de “Ciências Sociais”. Além disso, é também certo que conservamos idênticas motivações para a criação e morte de um periódico, para os estruturar e manter.

Vejam-se os títulos. Revistas de ensino fornecem imediatamente uma ideia do componente curricular. Em lugares como o Brasil e a Itália, são designadas revistas de “História”. Na Espanha e na Argentina, são revistas de “Ciências Sociais”. Já nos Estados Unidos, são nomeadas por revistas de “ensino de História” e revistas “estudos sociais”. Nesses casos, o objeto direto “História”, como podemos perceber, é componente curricular isolado, mas é também elemento sintetizado ou conjugado à Geografia e à Sociologia, por exemplo.

Títulos também indicam os objetos de domínios de pesquisa. “História”, “ensino de História”, “educação histórica”, “didática histórica”, “didática das Ciências Sociais” e “ciência do ensino de História”, por exemplo, relacionam periódicos a disciplinas de formação superior, subáreas de investigação ou grupos de pesquisas. É por esse traço que se diferenciam a brasileira *História & Ensino* (1996), a espanhola *Enseñanza de las Ciencias Sociales* (2002) e a suíça *Didactica Historica* (2001). Não sem razão, a International Society for History Didactics (ISHD) designou o seu periódico com frase quilométrica, de modo a incluir as diferentes e até divergentes configurações de domínios de investigação e currículo: *International Journal of Research on History Didactics, History Education, and History* (2004).

Os elementos de conteúdo substantivo, por seu turno, se pulverizam em iniciativas de agências variadas. A *Clío & Asociados* (1996), foi criada por professores formadores de três universidades nacionais argentinas, mas a *Panta Rei – Revista de Ciencia y Didáctica de la Historia* (1995) e a *Revista de Teoría y Didáctica de las Ciencias Sociales* foram fundadas, respectivamente, pela Federación de Docentes de las Universidades (FEDUM) e por um Grupo de Pesquisa em Didática da História (TDCC) da Universidad de Los Andes (Venezuela). Na base (ou por trás) desses e de outros corpos editoriais, figuram personagens de renome na pesquisa sobre ensino de História, como Ivo Mat-

tozzi (*Quaderni di Clio*), Joan Pagès e Joaquín Prats (*Enseñanza de las Ciencias Sociales*) e Gonzalo de Amézola (*Clio & Asociados*).

São essas agências que explicam, em grande parte, as determinações do escopo dos periódicos e as suas respectivas arquiteturas da informação e do seu ciclo vital. Em geral, a dissolução de uma equipe de trabalho resulta na perda de periodicidade e, adiante, o encerramento do periódico. O financiamento, contudo, grande razão para o fracasso das revistas, pesa cada vez menos. Depois de efêmera passagem dos CD-ROMs, que parecia concorrer com o suporte impresso das revistas, o mundo da WWW barateou os custos, hoje, dezenas de vezes inferior ao meio impresso para pôr no ar uma revista especializada. Pelos indicadores do Latindex, por exemplo, o número de periódicos *online* praticamente dobrou entre 2000 e 2010, entrando em decréscimo desde 2012 (Latindex, 2021). A prestigiada *Cartable de Clio* (2001-2013), que não se converteu em revista *online* foi vítima dos custos do material impresso. Sua substituta, a *Didactica Historica*, segue firme, agora, em cores e com periodização anual. Qualquer grupo de pesquisa, associação profissional, instituição governamental, escola, faculdade ou instituição privada pode lançar uma revista de História.

Essa relativa facilidade em publicar nos impõe uma questão: por que a explosão do periódico *online* parece não ter surtido efeito no Brasil, quando o escopo é o ensino de História? Há quase duas décadas permanecemos com cinco revistas especializadas em ensino de História. Tivemos, talvez, um caso de início/fim com o encerramento dos *Cadernos de História* (1989/2007), do Laboratório de Ensino e Aprendizagem em História (LEAH), da Universidade Federal de Uberlândia, que reunia seções de História da educação e de ensino de História. A mais antiga das revistas, a *História & Ensino* (1996), como afirmamos, nasceu a partir de práticas de laboratório de ensino de História e já está no vigésimo sexto volume, com tiragens semestrais regulares desde 2011. Em 2007, foi fundada a revista *Sobre Ontens: Revista Online de Ensino de História*, sediada concomitantemente em Paranavaí e Rio de Janeiro. Hoje, os editores declaram especialização do periódico nas áreas de “aprendizagem histórica, ensino de História e História do ensino”, mas tal orientação editorial somente ganhou corpo nos últimos seis anos. Em 2012 e em 2014, respectivamente, foram fundadas a *Revista de Educação Histórica* e a *Revista do L HIST*,

também por iniciativa de dois laboratórios de ensino e pesquisa, na Universidade Federal do Paraná e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Datam também deste último período o lançamento de revistas que anunciam o ensino de História como objeto de interesse imediato, embora não exclusivo. São os casos da *Politeia – História e Sociedade* (2001), produzida pelo Mestrado Profissional em ensino de História (ProfHistória) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), *Perspectivas e Diálogos – Revista de História Social e Práticas de Ensino* (2018), produzida pelo Núcleo de História Social e Práticas de Ensino (Nhipe) da Universidade do Estado da Bahia (Campus de Caetité), e da revista *História e Diversidade* (2014), do Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).

O periódico mais bem posicionado no ranking nacional, contudo, é a *Revista História Hoje* (2003) que não nasceu destinado ao ensino de História. Produzido pela Associação Nacional de História (Anpuh), a revista foi programada para “divulgar a produção historiográfica recente, temas da atualidade e experiências didáticas em todos os níveis” (HISTÓRICO, s. d., s. p.), algo que já ganha respeitabilidade de domínio acadêmico. Referimo-nos à “História do tempo presente” e à uma das compreensões de “História pública”. Desde 2012, porém, a *História Hoje* é dedicada, exclusivamente ao ensino de História. Divulga trabalhos de autores de quase todo o país e ganhou o respeito dos grupos de pesquisa, inclusive daqueles que lançaram seus próprios periódicos. Além disso, é uma das duas revistas da entidade que congrega os historiadores brasileiros, mantendo o padrão editorial há mais de uma década.

Esses predicados seriam suficientes para que a *História Hoje* merecesse uma narrativa sobre os seus primeiros dez nos de vida. Contudo, desejamos avançar um pouco mais: Que razões mobilizaram a Anpuh-BR a realinhar o escopo da revista, priorizando o ensino de História, em 2003? Quais as singularidades que a RHHJ apresenta em relação aos periódicos nacionais da mesma área? Que papel a revista ocupou na constituição do ensino de História como um “campo”, tal como a literatura especializada o preconiza? São essas as questões – que delineiam e justificam a construção de uma história do periódico em termos de agenciamento, escopo, patrocínio e função – o objeto dos próximos tópicos deste artigo.

UMA REVISTA SOBRE HISTÓRIA IMEDIATA E ENSINO

A RHHJ foi criada pela diretoria da Anpuh na gestão presidida por Edgar Salvadori de Decca (Unicamp). Seu nome – *História Hoje* – pode estar diretamente associado à justificativa apócrifa anunciada na apresentação do primeiro número: uma iniciativa de “ampliar a linha de publicações da Associação” e de “divulgar a produção historiográfica recente, temas da atualidade e experiências didáticas em todos os níveis” (RHHJ, 2002, p. 1). Por trás desta genérica explicação, estaria, talvez, a tentativa de dar vazão à grande oferta de artigos enviadas à *Revista de História*. É ainda mais provável que a pressão por história imediata tenha pesado na decisão de lançar o periódico, já que as últimas décadas da História brasileira, sobretudo a História política, estavam cobertas, em grande medida, por estudos sociológicos e, principalmente, por reportagens em revistas de grande circulação semanal, não especializadas em História, a exemplo das revistas *Veja*, *Visão*, *Manchete* e *Isto É* (AREND, 2014, p. 14-15).

A iniciativa também pode ter sido estimulada pela tentativa de acompanhar uma prática e, talvez, tendência de ocupar espaços no mundo virtual, ainda que a primeira revista eletrônica de História date de período muito anterior: a *Revista Eletrônica de História do Brasil* (UFJF, 1997) (OLIVEIRA, 2020, p. 48). O projeto gráfico, contudo, seguia os moldes das revistas impressas e com diferença explícita em termos de qualidade. Observando a diagramação do número 45 (2003) da *Revista Brasileira de História* – vinhetas, imagens, fontes, espaçamentos etc. –, podemos perceber que a segunda, por diversos motivos, não deveria concorrer com a primeira. Faltava-lhe padrão em termos de formas, dimensões dos resumos, identificação de autoria, posicionamento das notas e as seções eram clássicas (e simples) para o período: uma protocolar, o “expediente”, e mais as seções de “apresentação”, “artigos” e “resenhas”.⁴

Não obstante as limitações impostas pelos problemas de padronização, é possível esboçar um perfil para os seus articulistas: pouco mais de 40% eram mestres, pouco menos de 40% constituída por graduados (entre os quais, dois registram “professores” da escola básica) e em torno de 27% desse conjunto possuía doutorado em História. Foi um periódico ocupado, predominantemente, por professores e alunos do ensino superior, radicados em instituições paulistas (28%), paranaenses (13%), gaúchas (10%), cariocas (5%) e mineiras (4%). Profissionais de outros dezoito estados compunham os 40% restante da autoria.

Quanto ao escopo do periódico, podemos até pensar o contrário do que afirmamos sobre as características gráficas. Diferentemente da RBH, a RHHJ foi criada para explorar e dar publicidade a determinados temas, como vimos anteriormente. O “programa”, contudo, não ultrapassou as ações do primeiro conselho editorial da revista. Liderado por José Miguel Arias Neto (UEL), o grupo era composto por professores de universidades públicas situadas nas regiões Sudeste (6), Sul (2) e Nordeste (2),⁵ proporção que reproduzia quase que a mesma distribuição dos quadros da diretoria. Idêntica proporção foi mantida no segundo conselho, liderado por Gilvan Ventura (UFES), responsável pela edição do número 7 ao número 13, constituído por profissionais do Sudeste (4), Sul (3), Nordeste (2), Centro Oeste (1) e Norte (1).

Nas apresentações dos números 1 a 5, houve tentativas de tornar coerente o conteúdo dos artigos avulsos e o “programa”. Quando apresentava os textos de cada número, o conselho mencionava “temas contemporâneos” (n. 3), “temáticas” do “interesse dos historiadores no tempo presente” (n. 5), artigos sobre “ensino” (n. 2) e sobre “formação do historiador, pesquisador e professor” (n. 4), tentando convencer sobre a coerência entre os textos publicados e a meta da revista.

Essa classificação não foi justificada e, por isso, a exemplificação *a posteriori* é muito incerta. Considerando tais limitações, conjecturamos que o conselho estivesse a mirar a existência de temáticas autoidentificáveis, hoje, como a “nova história cultural”, mais próxima dos modernos (marxistas) ou dos pós-modernos (foucaultianos), dentre os quais podemos destacar: prostituição feminina, identidade feminina, sexualidade feminina, festa e futebol. Os temas caros à História imediata poderiam ser exemplificados com a reforma agrária, questões de gênero, tráfico de mulheres, sindicalismo, meio ambiente e a relação História vs. literatura, todos eles inseridos em tempo conjuntural, com balizas finais próximas ao tempo narrado, ou seja, ao início da década de 2000.

Os temas relativos ao “ensino”, por fim, estavam em menor quantidade (cinco em trinta e cinco escritos), veiculados em textos sobre a formação e a profissionalização do historiador (que também poderia ser considerado um “interesse” emergente) e dispostos integralmente nas páginas dos textos sobre a pedagogia dos jesuítas, as críticas ao livro didático de História e ao modo de justificar a existência e de praticar o ensino de História Antiga na escola básica. Tudo o mais, ou seja, perto de 60% dos textos, em nada se diferenciava das

temáticas publicadas na RBH, num arco que cobria a exploração da atividade simbólica e política em torno do anticomunismo e da interação indígenas/colonos no Brasil, se estendendo à iconografia dos heróis nórdicos ou às gravuras do alemão Albrecht Dürer.

Durante a gestão do conselho liderado por Gilvan Ventura (números 6 a 13), essa tentativa de classificação expressa em alguns editoriais desapareceu. Ao cumprir o mesmo rito de apresentação dos artigos selecionados para a publicação, a nomenclatura adotada estava associada aos domínios disciplinares dos cursos de graduação em História: artigos sobre “História do Brasil” (n. 6, 7, 8, 10), “historiografia” (n. 7), “História moderna” (n. 7), “teoria da História” (n. 10), “teoria e metodologia da História” (n. 8). Assim, a RHHJ permanece subsidiando o excesso da demanda por publicação da RBH ou concorrendo com a RBH nos mais distintos problemas e domínios históricos: desde as discussões conceituais sobre a historicidade da “utopia” e a legitimidade da discussão sobre “o estilo” em História, passando pelas narrativas de experiências como as da maçonaria e do escravismo no Brasil do século XIX, da ditadura e das manifestações artísticas no Brasil dos anos 1960, até a biografia de Isabel de Castela e a religião na Grécia Antiga.

Das referências aos três temas programáticos, apenas o “ensino” se manteve. Ao apresentar a revista, o conselho mencionava artigos sobre “experiência didática em todos os níveis” na forma de “ensino de História” e “ensino da disciplina [História] e “História ensinada” (n. 7, 9, 10). Os textos divulgavam ideias, experiências ou testemunhos do uso do cinema e dos jogos em sala de aula. Esses primeiros escritos, dispersos entre os números 7 e 10, desapareceriam logo seguida. No número treze a situação se inverteu e todo o espaço foi reservado ao ensino e, de modo específico, ao ensino de História. Considerando que a política de dossiês já existia na RBH, é curioso que o número não tenha agregado esse valor. Apesar de não classificado como tal, hoje, o número 13 pode muito bem ser considerado o primeiro dossiê de ensino de História publicado na RHHJ. A maioria dos autores era pesquisador experimentado e o conjunto destes se espalhava pelos estados de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo.⁶

Quadro 1 – Artigos que compuseram o número 13 da *Revista História Hoje* – 2011.

1. Ensino de História nas instituições de ensino superior baianas: um relato
2. Olimpíada nacional em História do Brasil – uma aventura intelectual?
3. Uma história para o futuro: o desafio da educação ambiental para o ensino de História
4. Ensinar História no século XXI: dilemas curriculares
5. O reconhecimento da cultura dos afrodescendentes no processo educativo: o currículo e as práticas escolares
6. Falando de si: identidade e memória (profissionais) no ensino de História
7. Narrativas sobre uma experiência de ensino de História (Curso de Licenciatura em Educação Indígena / UFCG)

Fonte: Produzido pelos autores a partir de RHHJ, v. 5, n. 14, 2011.

Com o conteúdo desse dossiê, percebemos que aquela parte do programa que previa a história imediata como foco se extinguiu de vez. Entre 2006 e 2012, 41 artigos classificados como de “História do tempo presente” foram publicados, mas em outras revistas especializadas na matéria, fundadas após a RHHJ: *Cadernos do Tempo Presente* (2006), *História Agora* (2007) e *Tempo e Argumento* (2009) (Freitas, 2015, p. 49-50). Contudo, alguma coisa se movia em direção ao domínio do ensino de História, embora não saibamos se a reserva do número 13 era um fato isolado (o resultado de um evento, por exemplo), uma aposta da direção da Anpuh (uma orientação em teste), se já exemplificava a força dos pesquisadores de ensino de História dentro da equipe direta da entidade ou se significaria todas essas motivações juntas.

UMA REVISTA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

O ensino de História ganhou, oficialmente, todo o espaço da revista a partir de 2012, quando o projeto editorial foi radicalmente modificado, como podemos perceber, de modo direto, mediante um padrão gráfico e, de modo indireto, pelos problemas levantados por cada um dos textos divulgados. Vejamos o que pode nos dizer o primeiro tipo indício.

É lugar comum afirmar que a RHHJ não foi pioneira como revista de

ensino de História. Já conhecemos também os vários periódicos generalistas que reservaram espaço ao ensino de História, comunicado em forma de artigos avulsos ou artigos de dossiês, como descrito por inserções seletivas na matéria (GONÇALVES, 2019; OLIVEIRA, 2020). Contudo, quando comparadas as variantes que circulavam⁷ e a RHHJ, em termos de projeto gráfico/editorial, percebemos a diferença imposta pela nova fase. A revista *Sobre Ontens* publicava apenas artigos avulsos e assim permaneceu quando ampliou o espaço para o ensino de História, em 2014, ou seja, não demonstrava a preocupação de aprofundar o conhecimento sobre determinadas questões. A *História & Ensino* possuía estrutura editorial mais sofisticada que a *Sobre Ontens*, em 2012. Trazia artigos avulsos, espaço para artigo de pesquisador experimentado (“Autor/a convidado/a”), artigo de pesquisador iniciante (“Laboratório”), traduções e resenhas. A RHHJ, por seu turno, adotava a publicação em forma de “dossiês temáticos” e reservava espaços para o inventário comentado de *sites* (“E-storia”). Por outro lado, criou seções de destinação pouco clara: “História Hoje na Sala de Aula” e “Falando de História Hoje”.

O anúncio das novidades foi efetuado de modo diplomático, evocando certa continuidade institucional em termos programáticos:

Retomando discussões e anseios que marcaram sua criação em 2003, o Conselho Editorial assumiu a tarefa de revitalizar o periódico, adotando a temática “História e Ensino” como estrutura de sua linha editorial. Para isso, investiu na publicação de Dossiês Temáticos, reviu a periodicidade da revista, agora semestral, e criou novas seções para a RHHJ – “História Hoje na Sala de Aula”, “E-Storia” e “Falando de História Hoje”, com a finalidade de manter canais de diálogo permanentes com professores e pesquisadores, discutindo e compartilhando experiências. (SAMPAIO, 2011, p. 6)

Em outras passagens deste editorial, assinado por Patrícia Sampaio, percebemos a tentativa de clarear o sentido da (ou de ressignificar a) expressão “história hoje”, com étimos bem próximos aos empregados no primeiro editorial da fase anterior (2003): “temas da atualidade”. Se considerarmos que a atribuição de sentido acima deva ser consolidada com os problemas e conceitos que preencham seções, concluiremos que os “temas da atualidade” (2003) ou “as reflexões e debates do nosso tempo” (2012) se transformaram, daquele momento em diante, em temas classificados como “ensino de História”. Por

este raciocínio, estariam fechados os muros para “temas”, “reflexões” e “debates” que não fossem “ensino de História”.

O editorial (assim como vários outros textos de apresentação, textos programáticos e manifestos produzidos pela instituição nos dez anos seguintes), contudo, jogava adiante o problema da ambiguidade e/ou da dicotomia implícita na categorização do espaço de produção referido – “diversidade do campo” –, dos produtores dos textos sobre ensino de História – “nós, profissionais de História” – e dos destinatários da revista de ensino de História – “professores e pesquisadores” (SAMPAIO, 2011, p. 6-7). Mas, continuemos a comparação dos periódicos.

Os formatos das revistas, em geral, são devedores das agências que as promovem. A *História & Ensino*, no mesmo ano de publicação da RHHJ, reservava mais de 9/10 do seu espaço para os artigos acadêmicos e menos que 1/10 para a divulgação recursos didáticos (uso de... em sala...), coerente com sua posição representante do Laboratório de Ensino de História da UEL. Dois anos depois, refletindo a configuração institucional (ensino/pesquisa/extensão), a revista criou seções destinadas a artigos acadêmicos sobre História da Educação e fundamentos da Educação. Assim, a *História & Ensino* ganhava a mesma forma que os *Cadernos de História* (descontinuado cinco anos antes), mantidos por um Laboratório de Ensino de História, muito próximo à Faculdade de Educação da Unicamp. A revista mineira forneceu espaços para artigos acadêmicos sobre História da Educação e, nos três volumes disponíveis (12, 14 e 15), preencheu o seu espaço com resultados de pesquisa acadêmica.

No mesmo estado onde fora lançada a *História & Ensino* (Paraná), numa instituição congênera, o Laboratório de Pesquisa em Educação Histórica (Lapeduh), do Programa de Pós- Graduação em Educação (PPGE) da UFPR, criou seu periódico – *Revista de Educação Histórica* – focado nas pesquisas acadêmicas sobre aprendizagem histórica. A rubrica orientadora, entretanto, era expressa sob a locução “educação histórica”, adiante entendida como visão do ensino de História apoiada na epistemologia histórica. Era uma revista “produzida por professores e destinada a professores de História”, cujo espaço integral foi preenchido com artigos acadêmicos (SCHMIDT; SANTOS, 2012, p. 7).

Quadro 2 – Modelos de arquitetura da informação de revistas sobre ensino de História (2012).

<p>História Hoje Brasil</p> <ul style="list-style-type: none"> • Artigo de dossiê • Artigo avulso / Falando de... • Artigo avulso / E-storia • Experiência da prática docente • Entrevista • Artigo avulso • Resenha • Notícia de evento 	<p>História & Ensino Brasil</p> <ul style="list-style-type: none"> • Artigos avulso / Pesquisador experimentado • Artigo avulso / História da Educação • Artigo avulso / Fundamentos da Educação • Artigo avulso / Pesquisadores iniciantes • Resenha 	<p>Cadernos de História Brasil</p> <ul style="list-style-type: none"> • Artigos avulsos • Artigos de dossiê / Ensino de História e História da Educação
<p>Educação Histórica Brasil</p> <ul style="list-style-type: none"> • Artigo avulso / Educação Histórica • Artigo avulso • Resenha de livro 	<p>Reseñas de la Enseñanza de la Historia Argentina</p> <ul style="list-style-type: none"> • Artigo avulso e/ou artigo de dossiê 	<p>The History Teacher EUA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Artigo avulso / Generalidades do Ensino de História • Artigo avulso / Técnicas de ensino • Notícias e comentários • Resenhas
<p>Enseñanza de las Ciencias Sociales*</p> <ul style="list-style-type: none"> • Artigo avulso / Invest. em Didática • Artigo avulso / Debates • Artigo avulso / Inovações didáticas • Resenha de livro • Notícias 	<p>International Journal of Research on History Didactics, History Education, and History Culture</p> <ul style="list-style-type: none"> • Artigo de dossiê • Artigo avulso • Fatos diversos 	<p>Le Cartable de Clío Suíça</p> <ul style="list-style-type: none"> • Artigo de dossiê • Artigo avulso / Atualidades historiográficas • Artigo avulso / Usos públicos da História • Artigo avulso / Didática da História • Artigo avulso / Educação para a cidadania • Artigo avulso / História do Ensino de História • Resenha e resumo de livro

Fonte: Elaboração dos autores.

Fora do Brasil (e no mesmo ano de lançamento na nova RHHJ), outros exemplos de como o tipo de agência (patrono, laboratório instituição), a vinculação de área do conhecimento e a expectativa de público estavam expressas na arquitetura da informação dos periódicos de ensino de História. A *Reseñas de Enseñanza de la Historia* (2003), órgão oficial da Asociación de Profesores/as de la Enseñanza de la Historia de Universidades Nacionales (APEHUN), na Argentina, revelava sua militância por um “campo em construção”, como “fronteiras imprecisas”, em constante conflito com a “didática geral” e com as histórias “disciplinares”, identificadas por suas filiações a tempos e espaços determinados. Além disso, explicitava a missão de intervir nas políticas públicas para o setor (RESEÑAS, 2003, p. 5-7). Era uma revista de professores universitários para professores universitários. A sua arquitetura da informação em 2012, portanto, ainda privilegiava os artigos avulsos e os artigos de dossiês com resultados sobre pesquisa básica produzida no ensino superior nacional argentino e no estrangeiro (COORDINACIÓN EDITORIAL, 2012).

Já o *The History Teacher* foi lançado por uma associação de professores do ensino superior de História da Universidade de Notre Dame (1940), transferido para os professores do Departamento de História da California State University, que criaram uma fundação para mantê-lo – *Society for History Education* (1972). A ideia original – de melhorar as práticas de ensino-aprendizagem de História em sala de aula – permaneceu e o espaço do periódico, em 2012, estava dividido entre artigos avulsos sobre generalidades no ensino de História, técnicas e/ou recursos de ensino, notas e comentários e resenhas sobre livros de História, não necessariamente sobre ensino. Os colaboradores eram, predominantemente, professores do ensino superior em departamentos de História, departamentos de Educação, colleges, com a participação de alguns professores ou ex-professores da escola básica.

A *Enseñanza de las Ciencias Sociales* e o *International Journal of Research on History Didactics, History Education, and History Culture* (JHEC) encontravam-se em agências opostas ao *The History Teacher*. O primeiro, em 2012, era regimentalmente destinado à “investigação em didática” da Geografia, da História e das Ciências Sociais e comandado por reconhecidos professores universitários espanhóis, especializados em ensino de História. O segundo servia como órgão de comunicação oficial da *International Society for History Didactics*. Enquanto a *Enseñanza* admitia outros gêneros textuais, como a re-

senha e a notícia, o JHEC focava em artigos acadêmicos avulsos e agrupados em torno de uma questão, resultantes do encontro anual da instituição. Ambos os periódicos, contudo, se ocupavam da comunicação de resultados de pesquisa básica, conduzida por professores universitários.

Com estes exemplos instigadores da reflexão, queremos ressaltar que a RHHJ era revista de uma associação cujo poder não estava em mãos de um diretor de faculdade ou departamento de ensino de História, de uma notória personalidade de renome internacional na área, de um líder de grupo de pesquisa, de um coletivo de orientadores de pesquisa sobre ensino de História em ambientes de pós-graduação em História ou em Educação. Ainda assim, era uma associação comandada por professores universitários de História e, como tal, o novo periódico refletiria princípios que regulam a convivência na condição genérica de fazedores de ciência.

Assim, a arquitetura da informação da RHHJ privilegiou a publicação de artigos de fundo, revisados por pares, resultantes de pesquisa predominantemente pautada e produzida pelos professores do ensino superior que não necessariamente se dedicavam de modo integral à investigação na área. Isso explica a razão de as seções nominalmente designadas como “História Hoje na sala de aula”, “Falando de História Hoje”, “E-História” e “Dossiês” praticamente não apresentarem distinções de foco, estrutura textual ou protagonista. A distinção mais significativa dizia respeito à percepção teórica que deveria orientar a pesquisa sobre o fenômeno do ensino na escola básica. Mesmo quando demandas político-sociais mais amplas pautavam a escolha do foco de cada número, eram os interesses imediatos dos professores universitários que ganhavam o primeiro plano, como podemos acompanhar pela descrição dos problemas de pesquisa.

QUESTÕES DE ENSINO

No corpus sobre o qual foi possível extrair claramente uma ou duas questões principais propostas pelos autores (cerca de 232 textos) está claro que o ponto de partida de aproximadamente metade foram as preocupações cotidianas do ensino superior, enquanto aproximadamente um quarto proveio especificamente do ambiente da escola básica.

As preocupações que excedem esses dois ambientes foram residuais e representáveis, por exemplo, na atitude de auxiliar os movimentos de traba-

lhadores a reconstruírem o seu passado educacional, na comparação entre ideias do movimento negro e dos teóricos do currículo em torno de propostas progressistas para o ensino das questões étnico-raciais, do inventário dos modos de construção de sua memória na luta pela terra e, de maneira parcial, no exame das propostas educativas de museus. Essa baixa frequência de preocupações exteriores aos ambientes escolares e acadêmicos pode referendar o pouco apreço dos pesquisadores pela relação pesquisa/extensão em espaços não formais de ensino.

Quanto às preocupações que combinam interesses dos ambientes do ensino superior e do ensino escolar, elas ocuparam pouco menos de um quarto dos artigos. Isso ocorre em termos de pesquisa básica que mobiliza questões e objetos de abordagem mais abstratas. Elas reúnem, por exemplo, a disseminação de conhecimento e de técnicas de produção de conhecimento nas percepções dos alunos de eventos e processos históricos sobre o local e o nacional, sobre política, juventude, mulheres, e até da própria disciplina escolar História e, principalmente, sobre os modos de produção de sentido dos alunos, no ambiente escolar e na interação com a “cultura histórica”.

A meio termo entre o caráter teórico e o pragmático da pesquisa estão os autores que experimentaram persuadir professores da escola básica sobre a importância de conceitos como “consciência histórica”, “cultura histórica”, de campos como a “História pública” e a “História do tempo presente”, de procedimentos como o emprego de autobiografias e a produção de narrativas, de produtos como livros de literatura infantil e livros didáticos clássicos do ensino de História, de novos fins para o ensino de História Antiga e História Medieval e para a implantação do ensino dos Direitos Humanos. Isso também ocorre nos estudos que partem de problemas escolares para avaliar, por exemplo, o impacto da Lei 11.645 no livro didático de História e nas identidades dos alunos da escola básica, além do impacto das mídias digitais e da expansão do *ciberespaço* e a interação em redes sociais nas práticas de aprendizagem dos alunos, nas práticas de ensino e na constituição de identidade de professores.

Outras investidas dos pesquisadores são mais incisivas, no sentido de informar, orientar e modificar práticas de ensino escolar. Ganham espaço na RHHJ, neste sentido, os questionamentos a respeito das representações veiculadas pelos livros didáticos sobre determinados conceitos (nova ordem mundial), determinados sujeitos (indígenas, sujeitos escravizados), períodos (Idade Mé-

dia) e sobre meios de combater a descrença, o negacionismo e a indiferença em relação ao conhecimento histórico cientificamente produzido.

Um último grupo de questões deste bloco se situa na orientação mais pragmática possível que são os relatos de experiência, em sua maioria centrados no “como ensinar”. Excetuando-se o único texto que trabalha explicitamente o “como planejar”, a maioria explora a vivência com determinado conteúdo metahistórico/conceitual (presente, narrativa), substantivo/valorativo (Direitos Humanos, História Antiga, História da África) ou com o domínio de determinadas ferramentas (a internet, tecnologias digitais, oficinas pedagógicas e música popular).

Pelos exemplos listados neste segundo bloco de questões – que mesclam interesses provenientes dos ensinos superior e escolar –, julgamos que essas questões e os seus respectivos resultados representaram, talvez, a contribuição mais virtuosa para uma revista de associação de historiadores, mantida e dirigida, majoritariamente, por professores do ensino superior, posto que a relação subsidiária do ensino superior de História em relação ao ensino de História na escola básica foi claramente apresentada em várias dimensões.

O segundo bloco de questões mais frequentes no nosso inventário diz respeito ao interesse explicitamente focado no ambiente escolar. Ele explicita, equilibradamente, duas atitudes docentes: o “como você pode ensinar” e o “como você pode usar”.

O mais genérico, o “como ensinar”, explora predominantemente a manipulação de conteúdo substantivo (ditadura militar, gênero, História da África, História indígena e os acontecimentos e/ou processos envolvidos na categoria “temas sensíveis”), conteúdo valorativo (identidades e preservação do patrimônio) e conteúdo metahistórico (habilidades de pesquisa). Mais da metade das questões, por outro lado, está focada no como empregar “estratégias” de ensino ou “metodologias”, traduzidas nos textos em termos de produtos/artefatos genéricos (biografia, *e-book*, imagens, cinema, música popular, fontes arquivísticas e fontes de periódicos), produtos ou artefatos de específicos domínios históricos (História pública, História do tempo presente) ou de procedimentos (WebQuest, WhatsApp, sala invertida, círculos concêntricos).

Chama a atenção o baixo caráter prescritivo desse bloco de interesses em termos de conteúdos substantivos. Também chama a atenção, a permanência da apresentação de metodologias como estratégia de melhoramento das prá-

ticas de ensino e dos resultados de aprendizagem, deslocadas, contudo, das pautas sobre as finalidades do ensino de História na escola básica.

O terceiro e último bloco de questões reflete preocupações circunscritas às demandas do ensino superior de História. Diferentemente do bloco anterior, o sintagma “qual” predomina sobre o “como”. Mesmo assim, mais de um terço das questões sobre as quais se debruçam os autores tem por meta ensinar como combater (negacionismo), como construir (novos conceitos de aprendizagem histórica, novos fins para o ensino de História), explicitar “como” os docentes e futuros docentes aprendem, ensinam e constroem suas identidades e, sobretudo, descrever uma experiência em sala de aula de graduação. Desse modo, são comuns os textos sobre o “como ensinei” e/ou como o professor da escola básica pode ensinar História da educação, História Medieval, o amor romântico, como relacionar Direitos Humanos e ensino de História, como usar música popular brasileira, *Wikipédia*, internet, e como fazer material didático sobre História da África dos africanos e dos afro-brasileiros e, também, como empregar determinados conceitos na pesquisa sobre o ensino de História (consciência histórica, cultura histórica, presença do presente, saber, verdade histórica etc.).

Na maior parte dos textos (60 em 111), como afirmamos, o sintagma expressa questões comuns da pesquisa acadêmica, centrada na historicização do ensino, na busca de relações, na expressão da importância ou do impacto de conceitos, acontecimentos e processos. Assim, as energias dos autores são dispendidas para historicizar a expansão ou a “normalização” dos cursos superiores de História e a fundação de cursos de História em várias partes do país. É uma história pulverizada, distante da praticada pelos historiadores que se assumem como “da educação”, ou seja, raramente historiciza processos de ensino e aprendizagem, preferindo focar na avaliação dos livros didáticos, na historiografia sobre a África, na história do Movimento Negro, na trajetória de determinado intelectual docente.

À função historiadora, que ocupa um quarto desse conjunto, autores somam a função justificadora e crítica. Eles se esmeram na valorização da literatura, da música popular, da pesquisa e ensino de História da África, da experiência quilombola. Se esforçam para explicitar o valor da pesquisa sobre História pública, da crítica à política pública para livros didáticos.

Os temas, como vemos, são tão variados como o são as opções por objeto

nos vários domínios abrigados pela Anpuh e vivenciados em cursos de graduação e de pós-graduação. A pesquisa sugerida pelas questões deste nosso inventário pode abarcar o exame de relações (historiador/públicos, ensino de História/ensino técnico-profissional), de recepções (teoria da História de Rüsen no Brasil), a busca de razões (intolerância no Brasil contemporâneo). Também pode abranger impactos (globalização no currículo de História, do barroco mineiro na patrimonialização de outras memórias), prescrições de orientação teórica (para a formação de professores, para um curso de EAD), percepções (de alunos e professores sobre o Pibid e de graduandos sobre a docência), significados (de “passado vivo” e “aprendizagem” nos currículos” e “povo brasileiro” nos livros didáticos), vícios (dos professores formadores e dos mestrados profissionais).

Desse último bloco do inventário, podemos concluir que as questões apresentadas pelos autores nos sugerem a predominância dos interesses dos professores do ensino superior, divididas entre as minoritárias descrições e como ensinar e fazer, e as majoritárias prescrições de o que, como e por que pesquisar temas atomizados, relacionados aos mais diversos campos de interesse. Essas conclusões parciais nos levam à última questão deste texto, relacionada ao lugar da RHHJ na constituição de um “campo” para o ensino de História.

A REVISTA HISTÓRIA HOJE E UM “CAMPO” PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Depois desta descrição sumária dos problemas privilegiados pelos autores da revista, parece óbvio concluir afirmando que a RHHJ foi transformada em (ou ganhou o *status* de) veículo reprodutor de princípios e regras delimitadores do campo do ensino de História. Mas a resposta não é tão óbvia, apesar de a desejarmos bastante nas últimas duas décadas. Por que isso ocorre?

Entre 2000 e 2020, o que se tem denominado, no Brasil, como “campo” do ensino de História não vem acompanhado de suficiente reflexão sobre o significado e o uso dessa categoria. Isso pode ser percebido, principalmente, quando a palavra toma o “ensino de História” como indicador de realidade e é empregada para instaurar a década de 1970, a década de 1980 ou a década de 1990 como divisor de águas de matéria vária: ensino tradicional *vs.* ensino inovador, ensino como prática *vs.* ensino como pesquisa sobre a prática, ensi-

no autoritário vs. ensino democrático etc. Quando o indicador de realidade é o trabalho dos intelectuais autodesignados como “pesquisadores do ensino de História”, a indefinição permanece.

Em artigo publicado em 2001, na *Revista Sæculum* (UFPB), reunindo falas e conferências e mesas-redondas do V Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História, realizado em outubro de 2001 em João Pessoa, Ernesta Zamboni publicou um texto indiciariamente intitulado “Panorama das Pesquisas no Ensino de História”. No escrito, ela se propunha a mapear e descrever abordagens a partir dos trabalhos apresentados tanto nas outras versões deste evento quanto nos trabalhos apresentados no que se consolidou como outro evento da área, o Seminário Perspectivas do Ensino de História (Enpeh).

O texto expressava narrativa ainda não consolidada sobre um possível campo e, nesta oportunidade, fazia referências ao que seriam trabalhos precursores como os de Jonathas Serrano, Emília Viotti, Guy de Hollanda e Paulo França, incursões que serão esquecidas posteriormente. Escrito hoje, Zamboni incorreria em lapso conceitual, talvez, usando critérios e contextos diferentes para assemelhar a experiência, por exemplo, de um professor da Primeira República, à vivência de si mesma. Ainda assim, o texto omite, infelizmente, a referência a outras realidades regionais do país. As manutenções de dados restritos ao eixo Rio-São Paulo e ao consumo de uma bibliografia proveniente de outros países obscurecem uma rica conjuntura pós-ditadura militar que poderia demonstrar um surgimento em rede e, majoritariamente, no chão da escola sobre as preocupações com o ensino de História.

Há dois anos, boa amostra das práticas de estabelecer fronteiras entre as coisas e de classificar e hierarquizar o trabalho desses intelectuais dedicados ao ensino de História veio à público em um livro cuja virtuosa precisão do título foi, aos poucos, contraditada pelos autores que o compuseram ao lançarem mão de orientações da filosofia de Michel Foucault e das sociologias de Pierre Bourdieu, Bernard Charlot e Ivor Goodson.⁸ Em *Cartografias da pesquisa em ensino de História* (MONTEIRO; RALEJO, 2019), o campo do ensino, ao qual pertencem os pesquisadores, foi traduzido pelas seguintes expressões: “área do sistema educacional”, “área de pesquisa acadêmica”, “campo de pesquisa”, “campo de pesquisas”, “campo do conhecimento”, “campo investigativo”, “campo do saber”, “campo de produção de saber e de pesquisa”, “co-

munidade disciplinar”, “comunidade de saber” e “comunidade disciplinar e investigativa”.

À primeira vista, todas as locuções parecem pertencer ao mesmo campo semântico. Quando observamos as coisas (os objetos) que realizam essas expressões, o pertencimento se desbota. O realizador do campo, por exemplo, é a “sala de aula”, vista como “território” continente de fins, conteúdos e princípios de ensino (SEFFNER, 2019, p. 21-25) ou, em orientação teórica diversa, lugares instituídos por “práticas”, relações entre “agentes escolares”, “saberes” e “poderes” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p. 48-49). De modo mais ampliado, o campo do ensino de História é realizado na “oferta da educação básica” e na “produção e difusão do conhecimento”, o que significa dizer que o campo se corporifica por meio da disciplina escolar História e de grupos de pesquisa inscritos no CNPq (COELHO; BICHARA, 2019, p. 65-66). Os diretórios dos grupos de pesquisa também são o indicador de realidade do campo do ensino de História, entendido como “comunidade disciplinar e investigativa particular” (MIRANDA, 2019, p. 94-95). O “campo de estudos” também se realiza na instituição de encontros nacionais, em acontecimentos, como a filiação de professores de História da educação básica à Anpuh, e na instauração do ensino de História como objeto de pesquisa sistemática (GONÇALVES, 2019, p. 117-118).⁹ O campo do ensino como um “lugar”, por fim, é realizado por agentes de natureza vária (instituições, periódicos e pesquisadores) e pelo grau de intervenção (ou de “autonomia”) desses atores nas políticas públicas para o ensino de História. (CAIMI; MISTURA, 2019, p. 194-195). Os “processos de ensinar e aprender História” e os “lugares acadêmicos que têm ocupado”, contudo, estão em um “lugar de fronteiras”, senão entre a “Educação, a História e a Retórica”, como afirmou Ana Maria Monteiro (citada por Caimi), mas entre “as áreas da Educação e da História”, como reiteram Flávia Caimi e Leticia Mistura (2019, p. 198).

O que podemos depreender dessa variação dentro do mesmo livro, que reúne parte significativa dos instituidores de um “campo”? Concluímos que temos vários campos e campo nenhum. Isso não seria um problema se cada um desses instituidores anunciasse a sua categoria (seu “campo”) como um tipo e, nessa condição, apresentassem e justificassem a plausibilidade dos seus indicadores de realidade. Teríamos, então, vários campos empírica e teoricamente limitados, dispostos a dialogar entre si. O que percebemos, hoje, é algo

bem diferente, ou seja, o emprego de indicador de realidade vário, disperso e diversamente combinado: o objeto de pesquisa, o grupo de pesquisa, o diretório de pesquisa, o evento de pesquisa, a revista que divulga pesquisa, o agente de pesquisa, os saberes, agentes e poderes flagrados em sala de aula, a sala de aula em seus fins, conteúdos e processos e a (pouco definida) disciplina escolar. Isso significa dizer também que ao empregarmos a palavra “campo” como categoria histórica sempre estaremos, por óbvio, a selecionar determinado grupo de indicadores, deixando tantos outros “fora do campo”. Isso significa dizer, por fim (e para o que nos interessa diretamente neste artigo), que a contribuição da RHHJ para a efetivação de um (e não do) campo “ensino de História” estará sempre limitada ao emprego da expressão. A RHHJ, em síntese, terá contribuição marcante para os que acolhem veículos de difusão de regras, questões e autoridades de uma área (uma revista) como indicador de realidade e, por outro lado, pouco contribuirá para o “campo”, segundo os que acolhem o poder de denunciar as condições efetivas de trabalho do professor da escola básica como indicador de realidade.

Não obstante o emaranhado de questões que envolvem o emprego da categoria – e considerando o inventário comentado do tópico anterior – podemos afirmar que a RHHJ corrobora uma narrativa e mapeamentos já consolidados. Uma visão homogênea para a história do ensino de História e para as experiências de ensino distribuídas por uma país continental e plural, não evidenciado pela história da disciplina e das suas práticas escolares, nem das formações de professores de História.

CONCLUSÕES

Embora tenhamos nos esforçado para dar resposta a determinados problemas aventados para esta empreitada pré-comemorativa das duas décadas da RHHJ, não nos foi possível obter convicção acerca das razões que fizeram com que a Anpuh-BR publicasse uma revista para abrigar os temas de História imediata, tampouco para transformá-la em opção para o domínio do ensino de História. É provável (e esperamos) que os atores ainda vivos venham a se manifestar sobre essas duas indagações após a publicação deste texto. Contudo, ficam comunicadas aqui as constatações de que a RHHJ foi a primeira opção de caráter nacional para divulgação do domínio expresso como “ensino de

História”. Nacional porque a associação que a criou era “nacional” e, sobretudo, porque a agência que determinou os objetos a serem veiculados no periódico eram de proveniência diversa e eleita nacionalmente e caracterizada por ações harmônicas na área.

Aqui estão, portanto, as primeiras duas características da RHHJ: é uma revista de associação generalista – associação de historiadores (diferentemente de revista de laboratório ou de grupo de pesquisa, de uma instituição educacional, de uma agência de administração educacional estatal ou que congregasse pesquisadores de determinado domínio). É, por isso mesmo, uma revista elástica em termos de objeto a veicular, embora não abrangente o bastante para que não possamos circunscrevê-la no âmbito do ensino superior de História e no ensino superior de educação. Comparada às revistas nacionais e à uma amostra das revistas internacionais que têm como escopo o ensino de História (ou expressões do mesmo campo semântico), a RHHJ apresenta característica de não ter compromisso em veicular textos de uma pauta corporativa – de um sindicato, de uma organização não governamental, de uma instituição de pesquisa pública ou privada, de uma instituição educacional pública ou privada, do ensino básico, superior ou da pós-graduação.

É uma revista que abriga questões ecumênicas. Isso se explica pela já discutida ausência de posição da Anpuh em relação às questões sobre o ensino de História em sua dimensão reflexiva (teorias orientadoras da aprendizagem e da história do ensino de História), em sua dimensão prática (modos de exercer a profissão de professor de História na escola básica e nos mestrados profissionais), em sua dimensão de produto gestado em diferentes instâncias (currículos prescritos de caráter nacional, historiografia didática). Tal condição apresenta suas vantagens, como a de manter um ambiente saudável para a interação entre agentes de diferentes proveniências durante largo período. Essa característica, por outro lado, apresenta suas inconveniências, como a perda de protagonismo em termos de pensamento, prática e produto. Dado o crescimento do número de profissionais e de papéis envolvidos com o ensino de História, é provável que a respeitabilidade honorífica da RHHJ seja atropelada por uma ação densa, coerente, objetiva e contundente de um ou outro periódico, corrente ou a ser criado – dentro de algum curso ou grupo de cursos do ProfHistória, por exemplo, já nos próximos dois anos, ou seja, logo após a comemoração que estamos a anunciar.

Quanto à sua contribuição ao campo, esperamos ter deixado clara a nossa posição. O campo, tal como desejado e anunciado pela maioria dos professores universitários de História, não se efetivou e não se efetivará no plano físico. Ele é fruto dos embates, disputas, diálogos, alianças que farão os que pesquisam o ensino de História. A observância dos itens para avaliação das revistas realizadas pelas agências de fomento, provavelmente, dará continuidade à manutenção dos interesses dos professores universitários sobre o conjunto dos colegas da educação básica. Ainda que publique, predominantemente, a produção dos professores universitários, a revista permanece com uma classificação bastante modesta no Qualis. Assim, a contribuição da RHHJ pode ser entendida muito mais no sentido de instrumentalizar e legitimar internamente a Anpuh como acolhedora da imensa e diversa produção de conhecimento que deveria (in)formar as graduações de História e, externamente, de legitimar a instituição criadora como eventual protagonista em políticas públicas educacionais que afetem os interesses do conjunto dos seus sócios.

REFERÊNCIAS

- [Política Editorial]. *Sobre Ontens*: Revista online de ensino de História. Paranavai/Rio de Janeiro, s. d. Disponível em: http://revistasobreontens.blogspot.com/p/corpo-editorial_23.html. Acesso em: 18 mai. 2021.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. De lagarta a borboleta: possíveis contribuições do pensamento de Michel Foucault para a pesquisa no campo do ensino de História. In: MONTEIRO, Ana Maria; RALEJO, Adriana (orgs.). *Cartografias da pesquisa em ensino de História*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019, p. 43-60.
- APRESENTACIÓN. *Reseñas de Enseñanza de la Historia*, Córdoba, n. 1, p. 5-7, set. 2003.
- AREND, Sílvia Maria Favero (org.). *Um país impresso: história do tempo presente e revistas semanais no Brasil*. Curitiba: CRV, 2014.
- BRASIL, Ministério da educação. *Qualis periódicos 2013-2016*. Plataforma Sucupira. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>. Acesso em: 29 dez. 2020.
- BRAUDEL, Fernand. Pedagogia da História. in: *Revista de História*. São Paulo, v. 11, n. 23, jul. set. 1955, p. 3-21.

- CADERNOS DE HISTÓRIA, Uberlândia, sd. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/cadernoshistoria/about/contact>. Acesso em: 01 jan. 2020.
- CAIMI, Flávia Eloisa; MISTURA, Letícia. Investigar em ensino de História: entre fronteiras e limites epistemológicos. In: MONTEIRO, Ana Maria; RALEJO, Adriana (orgs.). *Cartografias da pesquisa em ensino de História*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019, p. 187-215.
- CATANI, Bárbara. A imprensa periódica educacional: as revistas de ensino e o estudo do campo educacional. *Educação e Filosofia*, v. 10, n. 20, p. 115-130, jul./dez. 1996.
- COELHO, Mauro Cezar; BICHARA, Taissa. Ensino de História: uma incursão pelo campo. In: MONTEIRO, Ana Maria; RALEJO, Adriana (orgs.). *Cartografias da pesquisa em ensino de História*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019, p. 63-83.
- FREITAS, Itamar. *Histórias do ensino de História no Brasil (1890-1945)*. São Cristóvão: Editora da UFS; Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2006.
- FREITAS, Itamar. La historia del tiempo presente en revistas especializadas brasileñas (2007-2014). *Intelligere – Revista de História Intelectual*. São Paulo, v. 1, n. 1, dez. 2015.
- FREITAS, Itamar; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. Os institutos históricos da Paraíba e Sergipe: modelo de inserção nacional, ensino e novas configurações (2012-2014). In: FERREIRA, Antônio Celso; MAHL, Marcelo Lapuente (orgs.). *Os institutos históricos e geográficos: nação e região na historiografia brasileira*. 1. ed. Campinas: Pontes, 2017, p. 217-237.
- GONÇALVES, Nadia. Produção sobre ensino de História em periódicos acadêmicos brasileiros (1970-2016). In: MONTEIRO, Ana Maria; RALEJO, Adriana (orgs.). *Cartografias da pesquisa em ensino de História*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019, p. 113-126.
- HISTÓRICO do periódico. *História Hoje*: revista de História e ensino, s. d. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/about/history>. Acesso em: 01 jan. 2020.
- INTERNATIONAL Society for History Didactics. *Statutes (04/03/1980)*. Disponível em: <https://ishd.co/index.php/about-ishd/statutes-e/>. Acesso em: 29 dez. 2020.
- LATINDEX. Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal. *Revistas en línea*: Número de revistas en soporte electrónico (totales) por año de inicio. Disponível em: <https://www.latindex.org/latindex/graficas?type=ere&sub=ini>. Acesso em 01 jan. 2020.
- MIRANDA, Sonia Regina. A pesquisa em ensino de História no Brasil: potência e vicissitudes de uma comunidade disciplinar. In: MONTEIRO, Ana Maria; RALEJO, Adriana (orgs.). *Cartografias da pesquisa em ensino de História*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019, p. 85-112.

- OLIVEIRA, Jamile da Silva de. *Estado do conhecimento sobre o ensino de História: publicações periódicas de 2010-2019*. Rio Branco, 2020. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Acre. Rio Branco, 2020, 118f.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. História do ensino de História no Brasil: uma proposta de periodização. *Revista História da Educação*, Porto Alegre, v. 16, n. 37, p. 73-91, mai./ago. 2012.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos; SANTOS, Rita de Cássia Gonçalves Pacheco dos. Editorial. *Revista de Educação Histórica*. Curitiba, n. 1, p. 6-7, jul./nov. 2012.
- SEFFNER, Fernando. Três territórios a compreender, um bem precioso a defender: estratégias escolares e ensino de História em tempos turbulentos. In: MONTEIRO, Ana Maria; RALEJO, Adriana (orgs.). *Cartografias da pesquisa em ensino de História*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019, p. 21-42.
- SGARBI, Antonio Donizetti. *Igreja, educação e modernidade na década de 1930 – escolanovismo católico: construído na CCBE, divulgado pela Revista Brasileira de Pedagogia*. Dissertação (Mestrado em História e Filosofia da Educação). Programa de Estudos Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1997, 216 p.
- ZAMBONI, Ernesta. Panorama das pesquisas no ensino de História. *Sæculum*, João Pessoa: UFPB, v. 6/7, p. 105-117, 2002.

NOTAS

¹ Revistas sobre o “ensino fundamental”, “ensino médio”, “ensino superior”, “ensino interdisciplinar” ou de “educação especial”, “educação a distância”, “educação indígena” ainda, “educação física”, “educação ambiental”, “educação do campo” e “educação de jovens e adultos”.

² O agrupamento é uma possibilidade, apenas, já que as revistas de ensino de Geografia podem ser, também, situadas fora das ciências humanas e sociais.

³ Os números estão defasados e reúnem títulos impressos e digitais.

⁴ O uso da palavra “talvez” repetidas vezes é resultado de dois fatos: 1) estamos analisando a partir da memória de uma das integrantes da diretoria (Margarida Dias) sobre os debates e encaminhamentos que se deram no coletivo que dirigia a entidade naquele momento; 2) analisamos as poucas referências apresentadas nos editoriais relacionando-as à conjuntura do campo da História naquele momento no país.

⁵ Edgar Salvadori de Decca (Unicamp), Ana Paula Vosne Martins (UFPR), Antonio Paulo de Moraes Rezende (UFPE), Beatriz Teixeira Weber (UFSM), Beatriz Kushnir (NHLP/Uni-

camp), Gilvan Ventura da Silva (UFES), Iara Lis Franco Schiavinatto (Unicamp), Isabel Cristina Martins Guillen (UFPE) e Paulo Knauss (UFF) (EXPEDIENTE RHHJ, v. 1, n. 1).

⁶ As resenhas não seguiram nenhum critério temático, provavelmente, já que não havia dossiês. Mas eram todos trabalhos recentemente publicados – ver as resenhas do número 13, temporariamente fora do ar. Isso indicam os títulos e a não regularidade das publicações (elas estão nos números 1, 8, 9, 10 e 13).

⁷ *História & Ensino, Aedos, Antíteses, Educar em Revista, Revista Brasileira de História, Fronteiras, Cadernos Cedes e Cadernos de História* (GONÇALVES, 2019; OLIVEIRA, 2020).

⁸ Também estamos certos de que o mesmo ocorreria se estes mesmos pesquisadores fizessem uso de categorias de funções análogas anunciadas por Gaston Bachelard, Paul Feyrabend e Georges Canguilhem, por exemplo.

⁹ A primeira formulação desta tese foi expressa por Maria do Carmo Martins (2002, p. 200).